

CPI - Documento Erguendo a muralha moral

ALEXANDRE GARCIA

Segundo a Federação das Indústrias de S. Paulo, a CPI da Corrupção teria se convertido num palanque eleitoral. Ao que parece, essa constatação parte do inevitável e gregoriano fato de que quando a CPI terminar, começará a campanha eleitoral para 3 de outubro do ano que vem. Mas aí vem uma questão moral: por que há eleições no ano que vem e por que o PT pode tirar vantagem da CPI, deveriam os cidadãos preferir a impunidade? Qual a desvantagem para o País de os partidos isentos de corrupção serem beneficiados pela CPI?

O que há algum tempo era apenas uma abstração, um idealismo, hoje passa a ser o motivo principal das conversas em todos os lugares do País. Combater os corruptos, o clientelismo, o fisiologismo na política, denunciar as desonestidades, passou a integrar o cotidiano do cidadão brasileiro, e essa é, talvez, a principal mudança cultural necessária para mudar o País. Bem antes de as pessoas começarem a ganhar as ruas vestidas de branco, elas se indignaram em suas casas, vendo o noticiário. Os corruptos de todos os poderes e níveis do serviço público precisam saber que os cidadãos que pagam a corrupção estão ficando furiosos.

Muitos inocentes foram atingidos por uma onda de machismo, de denunciismo safado ou irresponsável. O dedo-duro, que nos tempos do regime militar denunciava inocentes

só para satisfazer desvios de conduta pessoais, está de volta, agora sob o regime civil da liberdade. Ele continua tão desprezível quanto antes e é ainda mais nocivo, porque atrapalha uma ação justa dos cidadãos, sujando-a com a irresponsabilidade dos interesses pessoais e eleitoreiros. Eles, no fundo, são aliados dos corruptos, porque com acusações mentirosas, desvalorizam o verdadeiro combate à corrupção. Eles são os fascistas, que se infiltram entre os democratas, para tirar partido da situação, pouco importando se os verdadeiros corruptos vão ser punidos. O que os interessa são os alvos de suas invejas e interesses egoístas.

Essa gente, tão desqualificada moralmente quanto os corruptos, não pode desviar os cidadãos que deram mandatos ou receberam mandatos do caminho que precisam seguir para purificar a Nação e recuperar a honra do poder público. Mas nem eleições nem dedos-duros devem impedir que se vá fundo em todos os poderes, em todos os níveis da administração pública, seguindo o exemplo dos italianos. Com uma diferença: lá, a iniciativa é da Justiça. Aqui, a iniciativa é dos próprios representantes do povo, no Congresso Nacional, que derrubam a muralha do corporativismo e mostram que a muralha moral é mais forte para proteger o Legislativo.